

“*Mais um escalpe no meu cinto*”. A propósito de “*Os Hipogeus Pré-Históricos da Quinta do Anjo (Palmela) e as Economias do Simbólico*”, de Joaquina Soares (Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, 238 pp., 145 figs, Setúbal).

Mário Varela Gomes\*

Muitos animais e todos os seres humanos experimentam algum tipo de emoção quando se encontram perante restos mortais dos seus semelhantes ou das suas últimas moradas, tendo tais testemunhos contribuído, desde cedo, para a construção do complexo mundo simbólico da Humanidade. Recordemos que já em meados dos anos sessenta, da passada centúria, o eminente pré-historiador A. Leroi-Gourhan reconheceu que “(...) depois da agricultura, o mundo dos símbolos (religiosos, estéticos ou sociais) sempre prevaleceu hierarquicamente sobre o mundo das técnicas e a pirâmide social edificou-se de maneira ambígua, dando proeminência às funções simbólicas sobre a tecnologia, no entanto motor de todo o progresso”.<sup>1</sup> E é a dialéctica, no seu sentido hegeliano, entre símbolos, economias, sociedades e evolução tecnológica, que constitui o cerne da obra em apreço.

Revisitar a necrópole da Quinta do Anjo, classificada Monumento Nacional desde 1934, no rasto de Joaquina Soares, excelente conhecedora dos terrenos que pisa, tanto em termos físicos como culturais, ajuda a quebrarmos a mudez daquelas enigmáticas construções e do copioso espólio que guardavam, mas também a dissipar a densa nebulosidade provocada pela distância dos milénios e das especificidades económicas, sociais, culturais e ideológicas que tais vestígios traduzem.

A obra em epígrafe, profusamente ilustrada, através de desenhos, gráficos e de belas fotografias coloridas, foi organizada em seis capítulos, com extensão distinta. Estes foram precedidos por “Palavras Prévias”, onde a autora expõe os objectivos e as prin-

cipais linhas de pesquisa a que nos propõe conduzir tentando, afinal, dar resposta às grandes interrogações com que os pré-historiadores sempre se confrontam perante quaisquer testemunhos arqueológicos: Quem fez? Quando? E porquê?

Referências à “intensificação da produção” ocorrida durante o Neolítico Final, com a Revolução dos Produtos Secundários, a recusa liminar do “modelo difusionista”, que tenta explicar a calcolitização ou a metalurgia do cobre, tal como o protagonismo desta na segmentação social e no colapso do modo de produção calcolítico, anunciam grandes temáticas ulteriormente desenvolvidas.

O primeiro capítulo corresponde a “Introdução”, nele se apresentando breve história da investigação efectuada sobre os quatro hipogeus que constituem a necrópole da Quinta do Anjo, remontando ao último quartel do século XIX e, portanto, a período pioneiro da nossa Arqueologia.

Ali se registam as principais conclusões que, ao longo de mais de uma centúria, permitiram tornar Palmela em um dos internacionalmente melhor conhecidos arqueossítios portugueses, a par dos concheiros de Muge, da Citânia de Briteiros e, mais tarde, do povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro ou, recentemente, da arte rupestre do Vale do Côa. Esta importância foi acrescida com o facto de Palmela, devido ao espólio exumado na Quinta do Anjo, se ter tornado em sítio epónimo do calcolítico europeu, conhecida pelas suas pontas de cobre, de folha larga e pedúnculo longo, e pelas características particulares, tanto formais como decorativas, dos

\* Academia Portuguesa da História, Academia Nacional de Belas-Artes e Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

1 - A. Leroi-Gourhan, s/d, *O Gesto e a Palavra. 1 Técnica e Linguagem*, Edições 70, pp. 184, 185, Lisboa.

seus vasos campaniformes, aspectos que a autora apenas refere bem mais adiante (p. 101), altura em que também cita os pertinentes contributos de R. J. Harrison<sup>2</sup> sobre tal temática.

Ajudava, em nosso entender, a completar este capítulo, a abordagem sobre a origem da sugestiva toponímia local, que deve integrar a história do arqueossítio, como determinar as possíveis causas da escolha do relevo onde se implantou a necrópole, indicando ter funcionado como enorme monumento natural onde se incluíram os quatro hipogeus, oferecendo-lhes, por certo, unidade física que deve traduzir comportamentos sócio-religiosos bem estruturados (consanguinidades, linhagens de herdeiros, vínculos sociais, etc...) e, também, políticos.

O segundo capítulo, intitulado “A necrópole da Quinta do Anjo”, é dedicado aos testemunhos arqueológicos, sendo iniciado pelo tratamento da informação concernente a aspectos generalistas da arquitectura dos hipogeus e do ritual funerário que eles permitem perceber, designadamente através da forma e orientação das sepulturas. Estas foram valorizadas através de paralelos, tal como ligadas às questões antropológica e demográfica, concluindo-se, desde logo, do alto “valor simbólico” do espaço da necrópole e sobre a possível existência de “normas de acesso restritivas” à mesma (p. 44), antes de nos ser facultada a descrição promenorizada das suas edificações e das condições de jazida dos espólios que elas guardavam, informação que constituirá o subcapítulo seguinte.

As descrições dos testemunhos referidos são muito breves, em alguns casos quase telegráficas, em especial dos espólios, recorrendo-se, no entanto, a alguns quadros que permitem melhor apreender aquela realidade. A ausência generalizada de dimensões ou das características das produções cerâmicas são

óbices que impedem aprofundar temáticas importantes a leitores mais exigentes. Por outro lado, a apresentação do espólio pauta-se por sistematização tradicional, através de grandes categorias que correspondem às matérias-primas com que aquele foi produzido, utilizando-se, depois, denominações de carácter funcional, algumas muito discutíveis, como a de “ídolo de gola” (pp. 58, 98, fig. 76)<sup>3</sup>, “ídolo-cilindro” ou “ídolo fático”<sup>4</sup>, a que, segundo julgamos, melhor corresponderiam designações de tipo analítico.

Importa referir que foi elaborada pequena síntese para cada hipogeu. Contudo, esta poderia ter sido enriquecida através de quadro onde surgissem os conjuntos de artefactos diacronicamente individualizados<sup>5</sup>.

“Medir o tempo, palmilhar o espaço” é o título do terceiro capítulo da obra que temos vindo a comentar. Ele constitui, também, ponto de viragem na forma e no conteúdo do discurso que até então vinha a ser feito. Os capítulos anteriores cumpriam o que tradicional e academicamente é recomendável em trabalhos congêneres ao apresentado. Alguma contenção, limitações e até omissões verificadas naquilo que podemos considerar uma análise histórica do sítio e arqueométrica do seu espólio, explicam-se pela “pressa” com que a autora quis chegar aos terrenos que mais lhe interessava explorar.

No capítulo terceiro discute-se a contextualização dos sepulcros escavados na rocha, os seus diferentes tipos e os espólios que continham, recorrendo-se às cronologias absolutas e ao comparativismo que os espólios permitem. O Neolítico Final é considerado “O Tempo de Fundação” da necrópole e a ele sucedem-se ocupações do Calcolítico Inicial, Pleno e Final e/ou do Bronze Antigo, correspondendo aquelas últimas à presença Campaniforme.

---

2 - Palmela mereceu integrar, através de extensa entrada da autoria de J. P. Mohen, o “*Dictionnaire de la Préhistoire*”, organizado por A. Leroi-Gourhan (1988, p. 805) e editado pelas prestigiadas Presses Universitaires de France.

3 - Estes artefactos, a atendermos tanto aos contextos em que surgiram como a abundantíssimos paralelos etnográficos, terão sido usados como adornos (brincos ou *piercings*), se bem que não possamos pôr em causa o seu possível carácter apotropaico.

4 - Talvez corresponda antes à pega de artefacto de calcário, como os bolbos, erradamente denominados por “pinhas” em diversa literatura arqueológica.

5 - Dois machados de pedra polida, recolhidos no século XIX nos hipogeus da Quinta do Anjo, e que entreguei ao MAEDS nos anos setenta, não constam, certamente por esquecimento, nos inventários agora elaborados.

Em diferentes pontos do discurso surgem argumentos, embora nem sempre convincentes, para combater o espectro omnipresente das teses orientalistas e difusionistas que tentam explicar inovações técnicas, económicas, sociais e ideológicas, ocorridas durante o Neolítico Final e Calcolítico da fachada ocidental da Península Ibérica.

Todavia, naquele contexto, a autora aceita que a ocupação tardo-neolítica de Leceia sucedeu, sem hiato ou com curto interregno, nunca superior a meio século, a implantação de enorme povoado fortificado calcolítico, estruturado por três linhas de muralhas<sup>6</sup> e assim planeado desde o seu início.

Julgo importar àquele argumento, o da continuidade entre Neolítico Final e Calcolítico, a atribuição de “foicinhas” ou de “lâminas ovóides”, com retoque invasor sub-horizontal, ao Neolítico Final, aspecto que não se encontra indesmentivelmente confirmado (p. 93).

O período que respeita ao “Horizonte Campaniforme” foi um dos melhor tratados, dado até a importância da sua presença na Quinta do Anjo, embora repetindo-se ideias, em parte antes veiculadas pela autora e por Carlos Tavares da Silva, de que foram precursores, nomeadamente em relação à evolução cronoestilística das suas cerâmicas e à interação económica e social então verificada. Para Joaquina Soares, a excepcional evolução das comunidades que tumularam os seus mortos na Quinta do Anjo, ou seja, da segunda metade do IV milénio a. C. aos alvares do II milénio a. C., ficou a dever-se apenas “(...) ao desenvolvimento interno das forças produtivas e dos sistemas de organização sociocultural das populações indígenas dotadas da capacidade para inovar (...)” (p. 140), tornando-se criadoras do “lugar de poder” que foi aquela necrópole, problemática que deve continuar a estimular o debate.

“Necrópole, povoados e cultura material para contar uma história verosímil” é o título do quarto capítulo da obra que temos vindo a referir. A autora passou, por vezes quase esquecendo os dados empíricos oferecidos pela Quinta do Anjo, à construção de modelo histórico, cuja diacronia é, no entanto, a da necrópole, terminando no momento a que chamou “O amanhecer dos guerreiros”. Agora o palco histórico alargou-se, é talvez demasiadamente abrangente, dado abordar grande parte do território a que hoje corresponde o Sul de Portugal. Este capítulo ocupa mais de meia centena de páginas de texto claro, bem estruturado e argumentado, onde foi manipulada e sintetizada volumosa informação.

Ali se encontra menção às gravuras do santuário exterior do Escoural e à problemática da intensificação da produção, através da R. P. S., situada no Neolítico Final e conduzindo a profundas alterações económicas e sociais, que a autora compara, e bem, à Revolução Industrial.

Tenta-se reconstruir a evolução da organização social de então mas, também, não se deixa de abordar o papel do mundo simbólico e cognitivo, tal como as suas estreitas ligações e cumplicidades com o poder político.

No que concerne ao Calcolítico, continua a evidenciar-se o cuidado de afastar quaisquer resquícios de contributos exógenos, ou de algum difusionismo travestido, na sua formação e desenvolvimento, deixando-se por explicar, por exemplo, o surgimento da multitude dos denominados ídolos, como da própria estrutura religiosa que os enformaram, ou a complexa arquitectura civil e religiosa daqueles tempos<sup>7</sup>. Também não ficaram totalmente explícitas as causas da desarticulação da sociedade Calcolítica, possivelmente motivada por tensões sociais, talvez não tanto através da “especialização e divisão social do traba-

---

6 - Também aceita a presença, no mesmo povoado, de “estruturas de rejeição de detritos domésticos” (p. 93), cuidadosamente revestidas por lajes e uma delas ocupando zona nobre do centro do povoado. Embora encontradas repletas de detritos, certamente ali colocados aquando do abandono do povoado, aquelas estruturas subterrâneas terão obviamente de corresponder a silos, com paralelos em outros povoados contemporâneos (Pastoria, Castelo Velho, Lexim, Parede, Penha Verde, ...).

7 - A autora utiliza o termo grego *tholos* no masculino, mas que originalmente designa cúpula, construção de planta de forma circular e coberta por abóbada ou, até, casa, todos eles substantivos femininos. Também em outras línguas, como na francesa, *tholos* surge sempre no feminino (vide O. Pelon, 1976, *Tholoi, Tumuli et Cercles Funéraires*, École Française d'Athènes, 537 pp., CLXXXII ests, Paris). A repetição constante de um erro, como se verifica em alguns autores, não conduz a que deixe de o ser. Uma *tholos*, na metalinguagem arqueológica, é uma sepultura com planta circular e coberta por abóbada.

lho” (p. 191), como a autora defende, a partir do que chamou “lógica comunitária do Calcolítico pleno” (p. 196), mas provocada pelo *stress* entre elites (teocráticas?) e a massa, mais ou menos indiferenciada, dos que tinham a seu cargo a actividade produtiva. Recordemos que nas Palavras Prévias, a metalurgia do cobre já tinha sido indicada como “(...) inovação tecnológica que viria a contribuir para o colapso do respectivo modo de produção.” (p. 12). Por outro lado, parece-nos arriscado considerar o papel das armas nos rituais funerários do Calcolítico Final como indicador do início de sociedades complexas, dado que a sua existência pode ser anterior e reconhecível através de outros indicadores. Neste mesmo contexto, a autora menciona “povoados centrais” durante o Horizonte Campaniforme, embora eles não surjam, com clareza, no registo arqueológico (p. 195).

No capítulo 5, denominado “Economias do simbólico e complexidade social”, reforçou-se a ideia de que a necrópole da Quinta do Anjo constituiu “(...) lugar central e de notoriedade maior durante mais de um milénio (...)” (p. 198), contrariando, em parte, o modelo dos muitos pequenos mundos, mais ou menos fechados, dos povoados calcolíticos, expandido no capítulo precedente.

Ali se procuraria a interacção com o universo sobrenatural, através dos mortos, aspecto que acompanha reflexão sobre a construção dos sistemas simbólicos, unidos ao poder político, como a práticas económicas ou à estruturação social. Julgamos que seria possível obter maior aprofundamento e especulação teórica sobre o simbolismo dos espólios, conferindo-lhes melhor protagonismo nos rituais funerários.

Por fim, o último capítulo corresponde a síntese sobre a calcolitização da Estremadura, voltando-se a elaborar sobre temas já abordados, o que o torna algo redundante. Também se retomaram conceitos que necessitam de urgente revisão, como o de “comunitarismo calcolítico” (p. 217), sugerindo contrariar aspectos provocados pela metalurgia do cobre, como a consequente divisão social do trabalho, que a autora defende, “*mesmo que imperfeita*”, conforme sublinha (p. 212).

Neste capítulo poderiam ser consideradas outras temáticas, como a relativa à presença de escultura antropomorfa durante o Neolítico Final, os factores que conduziram aos enterramentos “oportunistas” efectuados nos hipogeus a partir do Calcolítico, alterações nos rituais funerários ou aspectos ligados ao campo simbólico, revelado pela arte rupestre, funerária e móvel calcolíticas.

Do relacionamento dos testemunhos das áreas social, económica e cultural, concluiu-se que a necrópole da Quinta do Anjo foi, também, um espaço simbólico, em que usos e significados reflectem aspectos marcantes de sociedades humanas. De facto, ela é mais que um somatório de hipogeus, de restos de cadáveres e de espólios, como de funções económicas ou de relações sociais. Os mecanismos das análises e as propostas de explicação levantaram problemáticas onde se tentou ultrapassar a obsessão económica do “Materialismo Histórico”, sem que se tenha caído no extremo oposto do idealismo estéril.

A obra de Joaquina Soares, recheada de informações e de ideias, constitui valioso contributo que pode ser fruído pelo grande público, tratando-se de texto onde os especialistas em Pré-História encontram matéria para debates estimulantes, dado que, em muitas páginas, cada parágrafo ou, até, cada frase, convida a atenta reflexão. No nosso panorama editorial, ela assemelha-se a papoila que sobressai, devido à sua elegância e cor vibrante, na seara ondulante que espera quem sabiamente, como a autora fez, aproveite os seus frutos; as primícias de uma Pré-História excepcionalmente rica e que jaz adormecida.

Quando há anos guiei visita de grupo de arqueólogos espanhóis, franceses e, sobretudo, ingleses, à necrópole da Quinta do Anjo, ouvi Colin Burgess expressar a sua enorme emoção perante o que tinha visto, exclamando, quando dali saíamos, e à boa maneira anglo-saxónica, “mais um escalpe no meu cinto”. Que o excelente livro de Joaquina Soares represente, também, mais um troféu para todos quantos se interessam pela História remota dos nossos Antepassados, são os nossos sinceros desejos.